

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE"	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE"	STIÇA E SE
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE	DE ADU B
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	DELTAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E APLICAÇÃO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E APLICAÇÃO	TAQUEM
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PEDIDOS	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PEDIDOS	VIDÊNCIA
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TSE	ÂMENTOS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, RELACIONADO AO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, RELACIONADO AO	RATIVAS
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO	GO DE PR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760, DE 02 DE MARÇO DE 2026, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760, DE 02 DE MARÇO DE 2026, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO	EQÇESM
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABRE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABRE	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	ASSOCIA
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	TAÇÃO
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	SSO ELEI
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	GERAIS 2
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026	RAL.
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DIS	ASPARSIB
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	CEDIMENT
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	SPOTAÇ
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	EQÇES
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	GARANTIR
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	USÃO POR

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	2024.
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	Nº 23.669,
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL - UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HORÁRIO DE VOTAÇÃO.	INDUTAS I
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2020 E DA C	2020 E DA C
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO PODERÃO JUDICIÁRIO.	RESOLUÇÃO	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO PODERÃO JUDICIÁRIO.	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OBRIGADOS A USAR O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DURANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OBRIGADOS A USAR O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DURANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	ANEXO SI
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIVOS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIVOS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	DES/2020
	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIDH - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIDH - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	SADO SON
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	BAIXEBA
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	DE FÉRIAS
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOBROS VOTOS.	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOBROS VOTOS.	RECOMEND
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	QUANTO A
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026 - RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	RECOMENDAÇÃO	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, A	COMANDO
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022 - RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	RECOMENDAÇÃO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022 00000794-2 - RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	DE FÉRIAS
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	PORTARIA	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, PARA O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	GASTOS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA	PORTARIA Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO	RESSO NO
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTABELECE	PORTARIA Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTABELECE	SOBRE O
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO	NÊNCIAS,
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	TAR DAS F
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS	ÇA PÚBLI
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE COMANDO	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE COMANDO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO	PORTARIA Nº 554 - MEC	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO	S INSTITU
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	PORTARIA Nº 554 - MEC	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	JANTO DU
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	PORTARIA Nº 554 - MEC	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	OLO
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DA DUREZ
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESTA
	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DENE
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	RAS, ARMA
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS	IS POR AU
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INEBR	PORTARIA Nº 343/2020	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INEBR	
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	PORTARIA Nº 343/2020	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	JANTO DUF
	PORTARIA Nº 330 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL	PORTARIA Nº 330 - MEC	PORTARIA Nº 330 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL	UPERIOR
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	PORTARIA Nº 330 - MEC	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	ALA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PORTARIA Nº 330 - MEC	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	ABES, SO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	PORTARIA Nº 330 - MEC	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA Nº 330 - MEC	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDE
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº 330 - MEC	MANUAL DE ORDEM UNIDA	RAS PROV
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	PORTARIA Nº 330 - MEC	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	SIVAS, B
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	PORTARIA Nº 330 - MEC	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	O BANCÁR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	DE ADAS
	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	ADAS
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS	ADAS
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGULAR DE MATERIAIS DE CONSUMO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGULAR DE MATERIAIS DE CONSUMO	ADAS
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	ADAS
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	ADAS
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO DE FUNÇÕES	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO DE FUNÇÕES	ADAS
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTADO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTADO	ADAS
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	ADAS
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REGIMENTO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REGIMENTO	ADAS
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEE	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEE	ADAS
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA	ADAS
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS	ADAS
	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA COMISSÃO IN	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA COMISSÃO IN	ADAS
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO	ADAS
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	ADAS
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	ADAS
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	ADAS
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	ADAS
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCION	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCION	ADAS
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	ADAS
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONSUMIDORES	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONSUMIDORES	ADAS
	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2019 - APROVA O VADE-MÉCUM	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2019 - APROVA O VADE-MÉCUM	ADAS
	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	ADAS
	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE	ADAS
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	ADAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDACÃO	O UNIFORM
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE D	NP Nº 313901	TRANSCRICÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	DADE DO
	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRICÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉRI
	TRANSCRICÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI Nº	19 DE MAI
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES EFORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL D	MANUAL LGPD PGE/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM	AÇÃO PÚBL
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSO	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	10.375 - C
	CARTILHA AGIL - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGIL - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDITAS	NTES PÚBL
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 19	LEI Nº 9.962	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGURAR À SERVIT	ÊNCIA DO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	S CRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA COBACÕES D	O ESTADO
	CRIO O SELO TOLERÂNCIA ZERO COM ASSÉD	LEI Nº 9.603	CRIO O SELO TOLERÂNCIA ZERO COM ASSÉDIO, A SER CONCEDIDO A ESTAB	MPLICAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECLIPERACÃO FISCAL - E	DAÇÃO D
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓELOS NO ESTADO DE ALAGO	PROVIDEN
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE S	LEI Nº 9.392	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OS CASSA
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.390	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	OMAS RES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE M	LEI Nº 9.381	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE	SPADOMAS
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	O DA ADM
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	ÉCONOMIA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE D	LEI Nº 8.481	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE	EQUISTAS
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	IFICAÇÃO S
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IM	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	DEMOITEN
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8.419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	INDOÇÃO
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRG	LEI Nº 8.413	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	ROA DENTR
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 8.407	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE D	AS NOS ES

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGEN	LEI Nº 8.406	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	IOS, E DÁ
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNH	LEI Nº 6.952	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007 QUE DEFI	FORMAS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLI	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIACÃ	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE ALAGO	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETAR	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À IN	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACION	PROFESSO
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE V	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉ	DE EXAM
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREG	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADE	ESSENCIA
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALI	LEI Nº 14.149	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICAR	DE VIOLÊ
	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS	LEI Nº 14.147	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A	DE PÚBL
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENC	LEI Nº 13.994	ALTERA A LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995 PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO P	ITO DOS J
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969 PARA EX	PRISÃO D
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT APRO	O-LEI Nº 5
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	II DO ART
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE M	LEI Nº 9.979, 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE	ETIVA DA
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO IN	LEI Nº 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	DE ESCOL
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI Nº 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONST	ÇÃO DO
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE S	LEI Nº 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	COLPES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI Nº 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VE	RVIDORES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAC	LEI Nº 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRAS	LEI Nº 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊ	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINI 1B" DE	LEI Nº 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINI 1B" DE COMBATE A INTÉRIE RACIAL E A	ADOSEMA
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRE	LEI Nº 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	MINISTRA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI Nº 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	DÉFICIT I

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO	LEI N. 9.743, DE 7.11.2025	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	NOTÍCIA
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEEFICIÊNCIA E DA MULHER IDOSA	LEI N. 9.740, DE 7.11.2025	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEEFICIÊNCIA E DA MULHER IDOSA	ATUALIZAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N. 9.723, DE 7.11.2025	ALTERA O CAPÍT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA LEI Nº 9.723, DE 7.11.2025	639, DE 28.5.2025
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	LEI N. 9.722, DE 7.11.2025	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	DENOMINAÇÃO
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.720, DE 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	DISPÕE SOBRE
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	LEI N. 9.716, DE 7.11.2025	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	LISTA – TE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE	LEI N. 9.715, DE 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE	CAEPED
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 9.714, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	LEI N. 9.712, DE 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	AS.
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	LEI N. 9.711, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	GEM (TDL)
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO	E EPILEPSIA
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 9.696, DE 7.11.2025	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	S NO ESTADO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	LEI N. 9.690, DE 7.11.2025	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OS E AS C
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.682, DE 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS – B	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS – B	E CANIL TE
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMAIS DE	LEI N. 9.622, DE 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMAIS DE	E INTERAÇÃO
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.615, DE 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMACÃO PERDIDA	LEI N. 9.615, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMACÃO PERDIDA	ADOÇÃO
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	LEI N. 9.613, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	SECTORIAL
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.612, DE 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	RAS PROV
	CRIMES AMBIENTAIS	LEI N. 9.605, DE 12.2.1998	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CRIMES AMBIENTAIS	ES LESIVA
	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTIPRO E O CADASTRO DE CONDENADOS POR	LEI N. 9.599, DE 18.7.2025	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTIPRO E O CADASTRO DE CONDENADOS POR	DISPRA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, DE 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	SÃO PRO
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 9.592, DE 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 9.551, DE 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	MINISTRA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.527, DE 16.4.2025	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1997	54, E DÁ O
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE REFORMA	LEI N. 9.525, DE 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE REFORMA	DO SUPLENTE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	LEI N. 9.522, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	ONAS DA
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	LEI N. 9.521, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	MA, EMOR
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 APLICANDO-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 APLICANDO-SE A ALÍQUOTA	CRONOTR
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	LEI N. 9.518, DE 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	DEFEIÇÃO
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO	LEI N. 9.513, DE 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO	FIÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRALAGOAS" QUE ESTABELECE	LEI N. 9.512, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRALAGOAS" QUE ESTABELECE	STOMASTO
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS ÓRGÃOS	LEI N. 9.511, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS ÓRGÃOS	DAÇÃO P
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 9.510, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	E ESTADU
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	LEI N. 9.509, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPAN
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	LEI N. 9.508, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	DOES DE
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, DE 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CRIA MÚLTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	LEI N. 9.500, DE 1.4.2025	CRIA MÚLTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	DE CRIAÇÃO
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	LEI N. 9.499, DE 1.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	E INCENTIV
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	LEI N. 9.498, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	TRALHER
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, DE 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	. 7.347, DE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONAIS	LEI N. 9.486, DE 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONAIS	DEMESE
	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE	LEI N. 9.479, DE 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE	DE CASSA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	LEI N. 9.476, DE 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	DE CASSA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 PASSA A VIG	LEI N. 9.475, DE 22.7.1997	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 PASSA A VIG	DE CASSA
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIA	LEI N. 9.474, DE 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIA	DE CASSA
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	LEI N. 9.473, DE 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	DE CASSA
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL, E DÁ O	LEI N. 9.472, DE 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL, E DÁ O	DE CASSA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	LEI N. 9.470, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	LEI N. 9.455, DE 11.6.2024	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025.	LEI N. 9.454, DE 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025.	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	LEI N. 9.450, DE 11.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIAS PLÁSTICAS	LEI N. 9.441, DE 11.6.2024	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIAS PLÁSTICAS	
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.428, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	LEI N. 9.394, DE 11.6.2024	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINAÇÃO E A REVERSÃO	LEI N. 9.373, DE 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINAÇÃO E A REVERSÃO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.312, DE 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	LEI N. 9.296, DE 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDOS	LEI N. 9.279, DE 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDOS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.278, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO	LEI N. 9.272, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E GUARDA	LEI N. 9.271, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E GUARDA	
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES DO	LEI N. 9.215, DE 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES DO	
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DO	LEI N. 9.174, DE 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O	LEI N. 9.173, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O	
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	LEI N. 9.172, DE 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS	LEI N. 9.171, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	LEI N. 9.159, DE 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O	LEI N. 9.155, DE 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O	
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	LEI N. 9.152, DE 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	LEI N. 9.151, DE 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRCIO, TRÁFICO E	LEI N. 9.146, DE 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRCIO, TRÁFICO E	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.099, DE 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336	LEI N. 9.090, DE 19.9.1995	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 8 DE MAIO DE 1992 PARA	BATOPONON
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPLIFICADO PARA	LEI N. 9.060, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPLIFICADO PARA	COMOIZAÇ
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES “CARTÓRIO” E “CARTÓRIO EXTRAJURISDICCIONAL”	LEI N. 9.059, DE 19.9.1995	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES “CARTÓRIO” E “CARTÓRIO EXTRAJURISDICCIONAL”	O ESTADO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE	LEI N. 9.058, DE 19.9.1995	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE DISPÕE SOBRE	OMPROB
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULTURA ALAGOANA”	LEI N. 9.057, DE 19.9.1995	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULTURA ALAGOANA”	AS PROVI
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E 2º	LEI N. 9.056, DE 18.11.2023	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E 2º	INSTITUIÇ
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, DE 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITU
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	LEI N. 9.047, DE 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	ÇÃO INCA
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPERAÇÃO	LEI N. 9.028, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPERAÇÃO	SOCAIS E
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	LEI N. 9.007, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	ONDAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPOSTAS	LEI N. 8.992, DE 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPOSTAS	ÉDIOS RES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	LEI N. 8.991, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E PÓS-NATAL	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E PÓS-NATAL	ÂMBITO
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INVESTITO	LEI N. 8.986, DE 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INVESTITO	OPREDAIA
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	LEI N. 8.985, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	ALGOASAS
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	NIÊNCIA
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	LEI N. 8.976, DE 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	ADO DE A
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 8.974, DE 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE EN
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA ANIMAIS	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA ANIMAIS	O ESTADO
	INSTITUI A CAMPANHA “PET SANGUE BOM” NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.972, DE 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA “PET SANGUE BOM” NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDEN
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.971, DE 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	ESTADO D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	LEI N. 8.970, DE 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL “ADOpte UM ANIMAL” NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.969, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL “ADOpte UM ANIMAL” NO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDEN
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO	LEI N. 8.968, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPÊUTICO	ÇÃO ME
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DOS IM	LEI N. 8.967, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DOS IM	ÇÕES OF

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858	LEI N. 8.960, 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS	
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	LEI N. 8.885, 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 8.884, 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, Q	LEI N. 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, Q	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PO	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI N. 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	
	DENOMINA RODOVIA DE PLATÃO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	LEI N. 8.788, DE	DENOMINA RODOVIA DE PLATÃO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	LEI N. 8.787, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 8.785, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018 QUE INSTITUI O	LEI N. 8.784, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018 QUE INSTITUI O	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	LEI N. 8.773, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008 QUE DISPÕE	LEI N. 8.741, 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008 QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO DE CÂNO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO DE CÂNO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO DO CÂNO	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO DO CÂNO	
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO SURA LÁBI	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO SURA LÁBI	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO ALIMENTAR	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO ALIMENTAR	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO ANO – CSA	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO ANO – CSA	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992 QUE DISPÕE SO	LEI N. 8.677, 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992 QUE DISPÕE SO	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	SM/AL, E E
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	ENDORES C
	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS	ADO DE AL
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDÊN
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO FEETIVO E DE PROVIMENTO EM	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO FEETIVO E DE PROVIMENTO EM	CONDUZEA
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SORRISOS	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SORRISOS	ALAGOAS
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO COMO	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO COMO	ALAGOAS
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	S PROVIDE
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	ECIDOPAN
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015 NO TOCANTE A N	LEI N. 8.651, 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015 NO TOCANTE A N	ERÍCIA OF
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINACÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINACÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLI
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRAC
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 D	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 D	DE 2016
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	RATICO DA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SO	LEI N. 8.645, 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SO	DE 2016
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, F
	DISPÕE SOBRE A ALTERACÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERACÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	QUA E EIN
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA QUALIFICACÃO PARA OS SERVIDOR	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA QUALIFICACÃO PARA OS SERVIDOR	RÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	DE 2016
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	ESTADO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARR	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIM	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O P	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COM	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS-TRAT	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTI	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO M	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE D	LEI N. 8.589, 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ESTAB	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	UNICÔES
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRIILHEIR
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS TIUNINAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS TIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	L E IMATE
	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHOR	LEI N. 8.582, 19.1.2022	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBA	ADO DE A
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À IN	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INEORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR	SOCIAÇÃO
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOM	LEI N. 8.580, 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS TIJUZADOS ESPE	INÁNDIAS
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERC	LEI N. 8.577, 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	INFESTOP
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO, PELO ASSEMBLEIA	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO, PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADO	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMB	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	SORIOM
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E	LEI N. 8.573, 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA	SIRILACAS
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA TIUNIN	QAL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÍLI	OCALIZAD
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	LTURA ALA
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RE	LEI N. 8.567, DE	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROENSSO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPOBACIA	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPOBACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOASIRIST
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	AROBES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	MENTEIDE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITU	LEI N. 8.556, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SO	DESC.
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE	LEI N. 8.552, DE	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2002, QUE DIS	ELHO EST
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊN
	TRANSEORMA CARGOS DE TIJUZ DE DIREITO	LEI N. 8.550, DE	TRANSEORMA CARGOS DE TIJUZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXÍLIAR	ÃO DEOME
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN	LEI N. 8.545, DE	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INEORMATIVAS EM TODAS AS OR	ZADAS NO
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	SINOMBE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LEI N. 8.539, DE 2000	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	LEI N. 8.538, DE 2000	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LEI N. 8.536, DE 2000	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL, E A LEI Nº 8.538, DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	LEI N. 8.533, DE 2000	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL, E A LEI Nº 8.538, DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.531, DE 2000	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANUAL DO DIA DO LÍQUIDO MÉDICO PERICIAL	LEI N. 8.530, DE 2000	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANUAL DO DIA DO LÍQUIDO MÉDICO PERICIAL	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	LEI N. 8.529, DE 2000	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	
	ALTERA A LEI Nº 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO DO PRECATORIO	LEI N. 8.528, DE 2000	ALTERA A LEI Nº 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO DO PRECATORIO	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	LEI N. 8.527, DE 2000	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 2000, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE OBRAS	LEI N. 8.522, DE 2000	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE OBRAS	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DE OBRAS	LEI N. 8.521, DE 2000	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONSTRUÇÃO DE OBRAS	
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	LEI N. 8.519, DE 2000	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO	LEI N. 8.518, DE 2000	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE LÍQUIDO MÉDICO PERICIAL	LEI N. 8.506, DE 2012	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE LÍQUIDO MÉDICO PERICIAL	
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS	LEI N. 8.503, DE 2012	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS	
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDIDA A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA DE VACINAS	LEI N. 8.488, DE 2012	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDIDA A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA DE VACINAS	
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, DE 2012	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BATALHÃO DE CAVALARIA	LEI N. 8.463, DE 2012	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BATALHÃO DE CAVALARIA	
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.461, DE 2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO CORONAVÍRUS	LEI N. 8.437, DE 1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO CORONAVÍRUS	
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS DE VIOLENCIA	LEI N. 8.429, DE 1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS DE VIOLENCIA	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA COM O SISTEMA DE VACINAÇÃO	LEI N. 8.418, DE 2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA COM O SISTEMA DE VACINAÇÃO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	LEI N. 8.409, DE 2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/AL	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	LEI N. 8.403, DE 2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA DE VACINAS	LEI N. 8.402, DE 2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA DE VACINAS	
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA A AQUISIÇÃO DE VACINAS	LEI N. 8.398, DE 2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA A AQUISIÇÃO DE VACINAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	DE COMEN
	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO C	LEI N. 8.396, 19.3.2021	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CÂNCER	
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI	LEI N. 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 194	REINIRBG
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI	ENTOS DA
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	TO INSTAD
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE S	LEI N. 8.385, 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 QUE INSTITUI	DECAÇÃO
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIM	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIMPIADORIAS PÚBLIC	ESTADO D
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXE	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	ENVA ESC
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTA	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	PRE DMO
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE"	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURI	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	8.231, DE
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RE	LEI N. 8.368, 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROENSO
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM AR	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ARONO RECLAMATÓRIO E O PAGAME	CONDETER
	criação da delegacia especial dos crim	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	OUTRAS P
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAM	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	RAS PROV
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JULHO DE 2000 PARA DA	NTADOR C
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO	LEI N. 8.355, 2.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 PARA REDUZIR ALÍQUO	SUSQUE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFI	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	DE QUE M
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN	ÃO DE TR
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE D	LEI N. 8.350, DE	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINA	ADES PÚBL
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLI	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVAD	AGOAS, A
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INST	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	NOS ESTAB
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	MBATER C
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVID

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	NA REDE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE A	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS	DA MÉRITO
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE IN	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOLHIMENTO	DESSOAS
	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA
	REVOGAÇÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	COSTO DE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	DESAIS SIA
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MAN	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	TERCULAC
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	DE ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019 QUE DISPÕE SOBE	DEPENDIA
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OFICIAL D	AS – PO/A
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENER	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	DEÓBIDE
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERA	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	DEPAR, JIN
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO D	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDOR	ARA O AT
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂMBITO DO	DE DEFEXE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELAB	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE	ESTABELEC
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA P	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	DEPOZADO
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	CADAS PEL
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS E	DICO LEGA
	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR” NA POLÍCIA MILITAR DO ES	E DÁ OUTR
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVUL	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	S, E DÁ O

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORPO
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO	LEI N. 8.233, 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁG	ONASIDA
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E P	LEI N. 8.232, 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	OAS – PP
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE S	LEI N. 8.209, 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	QAS DA S
	ALTERA A LEI Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO DE 20	LEI N. 8.203, 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO DE 2000 PARA DAR PODERES AO AD	DOSEMO
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES OI	LEI N. 8.184, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	DA MASTO
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIR	ROSBBO
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456	LEI N. 8.177, DE	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 OI	DOSEME
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE P	LEI N. 8.159, 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETI	ENDOSOR
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	DEPMAGE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO I	ZAÇÃO DO
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSOR	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	ROVOSQ
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	PESSOAS
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVE	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	POSIÇÃO
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 D	ESPÃO
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	FUNDAÇÔ
	DEFINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, 6.9.1949	DEFINE O ANO CIVIL	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SOCIASM
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESS	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	AS.
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROM	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	ESCONZA
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICA	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	INSTITUI O "CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA	LEI N. 8.039, 6.9.2018	DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PROTEÇÃO E DEFESA ALGAS, SUBSÍDIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7, DE 15.2.2018	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	CORRELAT
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	EMPRESA
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	LEI N. 7.952, 4.10.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	DISPENSA
	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346	LEI N. 7.930, 26.7.2017	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346	QUE DO B
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICACÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICACÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SUBREQ
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	QUE DE B
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	LEI N. 7.884, 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	DISPENSA
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	LEI N. 7.858, 25.5.2017	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	ADRETA
	ALTERA A CONSOLIDACÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VALORES	LEI N. 7.855, 27.9.2016	ALTERA A CONSOLIDACÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VALORES	FIDEJUN
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	TOBASSU
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	GRUPNO
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.810, 30.8.2016	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS	CULTURAI
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORACÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 7.805, 21.6.2016	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORACÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	UAL DE 20
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.804, 17.6.2016	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	TAL, E DÁ
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.800, 5.5.2016	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS	zada pelo C
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2016-2019 NOS	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2016-2019 NOS	DE 2016.
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 7.798, 6.4.2016	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	6, § 1º, DA
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DAS ESCOLAS DAS	LEI N. 7.795, 22.1.2016	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DAS ESCOLAS DAS	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	LEI N. 7.790, 22.1.2016	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	CULTURA (DIA DO MÚSICO ALAGOANO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 7.788, 22.1.2016	CULTURA (DIA DO MÚSICO ALAGOANO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO	LEI N. 7.783, 22.1.2016	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO	SEUADP
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.751, 9.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	BLICOS D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.751, 9.10.2015	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	LEI N. 7.599, 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIDO)	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO)	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	LEI N. 7.522, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008	LEI N. 7.469, 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE	
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO)	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA	
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, 6.6.2012	EIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO)	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAMENTO)	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSERVIDORES	
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENORES)	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA OFERTA FORNECIMENTO ENTREGA	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	LEI N. 7.313, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES)	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE	
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES	
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES	
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM FOMENTO	LEI N. 7.173, 7.7.2010	EIXA PROIBIDA EM TODO ESTADO DE ALAGOAS A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE)	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚDO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1966	LEI Nº 6.521
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOVAÇÃO DA PRO	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INOVAÇÃO DA PRO	ÃO DA PRO
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	LEI N. 7.116, DE 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ACORDO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS)	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ADO DE A
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, DE 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	MO DISTINT
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO)	LEI N. 7.054, DE 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FESP)	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	EXATO DO
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MEC	LEI N. 6.938, DE 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MEC	ILAÇÃO E
	RESTRIÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, DE 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821, DE 13 DE JULHO DE 2007, QUE AUTORIZA A	ÁRIO DE E
	criação da 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE	cria, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL, A 29ª VARA CÍVEL DA CA	AGRÁRIOS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, DE 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVID
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO A	LEI N. 6.824, DE 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	RESTRIÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, DE 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIM	E DE COME
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, DE 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL - M	ELHO PER
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, DE 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1966	S POLICIAIS
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT - E DÁ OUT	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT - E DÁ OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 4.4.2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 27.3.2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	LEI N. 6.682, DE 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI N. 6.674, DE 4.1.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRI	ARQUIAS E
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	TADUAIS E
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT) E	LEI N. 6.635, DE	REAJUSTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES	LEI N. 6.623, DE 30.6.2005	CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGOAS	ITE ABRAZ
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.605, DE 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVID
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO ES	LEI N. 6.591, DE 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO ES	TAR DO ES
	PREVIDÊNCIA (DEFINE O GESTOR DO RPPS)	LEI N. 6.585, DE 29.3.2005	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA)	LEI N. 6.584, DE 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	EAL SAÚDE
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O	LEI N. 6.568, DE 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O	ISTEMA D
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	LEI N. 6.555, DE 29.3.2005	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	VEÍCULOS
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS E	LEI N. 6.544, DE 29.3.2005	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS E	BTENENTE
	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 2003, QUE	LEI N. 6.543, DE 29.3.2005	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE 2003, QUE	710 DCA EN
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARGAS DE	LEI N. 6.540, DE 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARGAS DE	É MÓDULO
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	LEI N. 6.514, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	TIVA DA P
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE	LEI N. 6.502, DE 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE	AVOS SER
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, DE 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, DE 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NOS	DS DE ENS
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DE FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 6.456, DE 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS	STADO DE
	SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, DE 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA	S ADMINI
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVIÇOS	LEI N. 6.442, DE 29.3.2005	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVIÇOS	OMPETÊN
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	LEI N. 6.417, DE 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	S PROVID
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, DE 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978, QUE	OMINAÇÃO
	FIXAÇÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.400, DE 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVID
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.400, DE 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVID
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.399, DE 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊNC
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDADO SUBSÍDIO DE FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 6.385, DE 23.7.2003	FIXA O SOLDADO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	PIO PARA
	QUADRO DE PESSOAL (OQA - OOE)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE	5 DE DEZE
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, DE 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 1992, E DÁ O	92, E DÁ O
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI N. 6.288, DE 28.3.2002	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	BOAS E DÁ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1975	LEI Nº 5.402
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	ATIVAS
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1975	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PARA OS
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 6.230, 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	ATIVA DA
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTADO)	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	OAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ESTADO)	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	GOAS.
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA PERTENCENTES AOS RECURSOS	E DÁ OUT
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5.402, DE 1992 (LEI Nº 5.402)	DE 1992 (
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R PROVED
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R NO CORP
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ESTADO DE ALAGOAS	NTES GER
	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE EM	POÇÃO AB
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS)	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS	
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1975	PELA LEI 5
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE	ESTABELEC
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL	PROVIDÊNCI
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541	LEI N. 5.883, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975	LEI Nº 3.5
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	ANZAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	ROVIDÊN
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CO	LEI N. 5.819, DE 13.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTE	E ASSIST
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, DE 27.2.1996	DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	AUTORIZA A TRANSEFERÊNCIA DE CADETES O	LEI N. 5.809, DE 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEFERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	STRABEVO
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS MEDIAN	FINOE NO
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	AR E CORP
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, DE 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUI	S. (Em dec
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUI	AS.
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA VENCIMENT	LEI N. 5.680, DE 8.2.1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÃO	LEI N. 5.626, DE 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFIC	ISSO NA E
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROV	LEI N. 5.624, DE 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚ	ARES DA
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE	LEI N. 5.553, DE 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇ	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe
	SERVICO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILIT	LEI N. 5.445, DE 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENT	MILITAR SI
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, DE 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS M	LEI N. 5.346, DE 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, DE 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE FIXA O EFETIVO D	O ESTADO
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, DE 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLES	ADOTA PR
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, DE 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSI	E DÁ OUT
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, DE 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	AS AUT

Secção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SOLDO E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130 DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SOLDO)	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDO DOS SERVIDORES CIVIS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, 18.9.1990	FIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A “MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL MILITAR” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES CIVIS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SOLDO E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1976, DA LEI Nº 3.696 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.700 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.701 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.702 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.703 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.704 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.705 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.706 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.707 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.708 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.709 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.710 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.711 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.712 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.713 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.714 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.715 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.716 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.717 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.718 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.719 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.720 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.721 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.722 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.723 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.724 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.725 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.726 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.727 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.728 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.729 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.730 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.731 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.732 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.733 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.734 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.735 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.736 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.737 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.738 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.739 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.740 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.741 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.742 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.743 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.744 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.745 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.746 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.747 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.748 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.749 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.750 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.751 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.752 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.753 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.754 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.755 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.756 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.757 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.758 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.759 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.760 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.761 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.762 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.763 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.764 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.765 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.766 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.767 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.768 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.769 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.770 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.771 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.772 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.773 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.774 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.775 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.776 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.777 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.778 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.779 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.780 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.781 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.782 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.783 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.784 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.785 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.786 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.787 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.788 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.789 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.790 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.791 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.792 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.793 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.794 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.795 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.796 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.797 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.798 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.799 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.800 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.801 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.802 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.803 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.804 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.805 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.806 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.807 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.808 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.809 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.810 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.811 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.812 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.813 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.814 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.815 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.816 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.817 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.818 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.819 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.820 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.821 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.822 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.823 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.824 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.825 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.826 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.827 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.828 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.829 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.830 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.831 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.832 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.833 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.834 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.835 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.836 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.837 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.838 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.839 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.840 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.841 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.842 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.843 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.844 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.845 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.846 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.847 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.848 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.849 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.850 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.851 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.852 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.853 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.854 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.855 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.856 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.857 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.858 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.859 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.860 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.861 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.862 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.863 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.864 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.865 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.866 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.867 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.868 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.869 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.870 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.871 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.872 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.873 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.874 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.875 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.876 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.877 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.878 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.879 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.880 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.881 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.882 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.883 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.884 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.885 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.886 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.887 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.888 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.889 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.890 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.891 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.892 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.893 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.894 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.895 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.896 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.897 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.898 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.899 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.900 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.901 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.902 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.903 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.904 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.905 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.906 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.907 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.908 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.909 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.910 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.911 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.912 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.913 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.914 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.915 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.916 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.917 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.918 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.919 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.920 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.921 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.922 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.923 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.924 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.925 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.926 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.927 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.928 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.929 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.930 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.931 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.932 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.933 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.934 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.935 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.936 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.937 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.938 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.939 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.940 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.941 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.942 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.943 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.944 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.945 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.946 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.947 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.948 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.949 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.950 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.951 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.952 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.953 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.954 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.955 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.956 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.957 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.958 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.959 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.960 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.961 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.962 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.963 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.964 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.965 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.966 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.967 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.968 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.969 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.970 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.971 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.972 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.973 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.974 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.975 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.976 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.977 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.978 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.979 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.980 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.981 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.982 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.983 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.984 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.985 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.986 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.987 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.988 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.989 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.990 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.991 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.992 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.993 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.994 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.995 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.996 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.997 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.998 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 3.999 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.000 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.001 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.002 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.003 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.004 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.005 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.006 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.007 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.008 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.009 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.010 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.011 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.012 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.013 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.014 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.015 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.016 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.017 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.018 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.019 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.020 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.021 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.022 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.023 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.024 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.025 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.026 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.027 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.028 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.029 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.030 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.031 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.032 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.033 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.034 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.035 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.036 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.037 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.038 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.039 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.040 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.041 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.042 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.043 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.044 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.045 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.046 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.047 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.048 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.049 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.050 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.051 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.052 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.053 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.054 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.055 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.056 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.057 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.058 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.059 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.060 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.061 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.062 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.063 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.064 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.065 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.066 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.067 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.068 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.069 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.070 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.071 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.072 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.073 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.074 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.075 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.076 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.077 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.078 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.079 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.080 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.081 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.082 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.083 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.084 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.085 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.086 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.087 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.088 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.089 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.090 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.091 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.092 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.093 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.094 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.095 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.096 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.097 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.098 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.099 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.100 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.101 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.102 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.103 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.104 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.105 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.106 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.107 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.108 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.109 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.110 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.111 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.112 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.113 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.114 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.115 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.116 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.117 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.118 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.119 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.120 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.121 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.122 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.123 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.124 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.125 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.126 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.127 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.128 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.129 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.130 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.131 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.132 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.133 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.134 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.135 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.136 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.137 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.138 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.139 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.140 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.141 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.142 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.143 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.144 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.145 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.146 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.147 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.148 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.149 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.150 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.151 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.152 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.153 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.154 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.155 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.156 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.157 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.158 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.159 DE 20 DE ABRIL DE 1976, DA LEI Nº 4.160 DE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	LEI DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 4.420, DE 17.8.1964	LEI DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, DE 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI DO CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	LEI DO CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES	
	LEI DO CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	LEI DO CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATIVAS	
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, DE 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	LEI DO ESTATUTO DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO	LEI N. 4.320, DE 17.3.1964	LEI DO ESTATUTO DAS NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO	
	CONSELHO DE JUSTIÇA NA PMAL	LEI N. 4.218, DE 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIÇA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO TERCERÃO	
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.5	LEI N. 4.212, DE 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.5	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421, DE 20.12.1974	LEI N. 4.200, DE 20.12.1974	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421, DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE 16.12.1974	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974	
	LEI DO EFETIVO DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO CORPO	LEI N. 4.179, DE 16.12.1974	LEI DO EFETIVO DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO CORPO	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE 16.12.1974	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E 8º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3.694	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126	LEI N. 4.171, DE 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOKA	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125	LEI N. 4.170, DE 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVOKA	
	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REAJUSTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO EFETIVO	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	LEI N. 4.117, DE 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE 17.8.1964	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93 DA LEI	LEI N. 3.846, DE 17.8.1964	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93 DA LEI Nº 3.694	
	EFETIVO, ENSINO, QUADRO DE PESSOAL E PROVENTOS	LEI N. 3.791, DE 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALISTAS	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, DE 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE 16.12.1974	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE 16.12.1974	LEI DO FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNERPOL - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE 17.8.1964	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 3.398, DE 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria o instituto de previdência e assist	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	E DA OUT
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.397, 04.04.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PROESPEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA	LEI N. 15.392, 04.04.2026	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMACÃO N	LUÇÃO DE
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2	LEI N. 15.384, 04.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) O D	CODE, DEB
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO	LEI N. 15.383, 04.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	ZEMBRO E
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E CO	LEI N. 15.382, 04.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA V	INAS INDÍ
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2	LEI N. 15.380, 04.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) PAR	ADOMEST
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO	LEI N. 15.378, 04.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE- IN	LEI N. 15.371, 04.04.2026	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE- INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	CIVIL E DA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO	LEI N. 15.358, 04.04.2026	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIPIFIC
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.353, 03.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PREVINEQ
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, 04.04.2026	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL- ALTER	DS DESSO
	ALTERA A LEI Nº 14.232 DE 28 DE OUTUBRO D	LEI N. 15.336, 01.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021 PARA DETERMINAR A P	ONFORMA
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, 04.04.2026	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	ATO DE D
	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11 DE JULHO DE 19	LEI N. 15.295, 04.04.2026	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) E	DO DE PERI
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, 05.12.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	REVENAN
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PA	LEI N. 15.272, 04.04.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (CÓDIGO DE PR	EVENSIVA
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DE	LEI N. 15.245, 04.04.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	QUE DE 10
	cria causa de aumento de pena para o c	LEI N. 15.234, 07.10.2025	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	DE FORMA
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, 04.04.2026	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	O DIGITAL
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SE	PROCHDA
	AUMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	SSÃO PEN
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EM
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRURG	LEI N. 15.171, 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797, DE 6 DE MAIO DE 1999, E A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO	PLIAR O DI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VENCIMENTO	LEI N. 15.160, 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	PMAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	PMAL
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTACÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTACÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 15.126, 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 15.125, 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	PMAL
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	LEI N. 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	PMAL
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACESSADA POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS	LEI N. 15.117, 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACESSADA POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS	PMAL
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	LEI N. 15.116, 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	PMAL
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	PMAL
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR CASOS DE	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR CASOS DE	PMAL
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069, DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES)	LEI N. 14.952, 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES)	PMAL
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO E-BOOK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO E-BOOK	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	LEI N. 14.921, 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	PMAL
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	PMAL
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	PMAL
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	PMAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.912, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	LEI N. 14.911, 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	PMAL
	INSTITUI O DIA DO BEL PELE	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO BEL PELE	PMAL
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	PMAL
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	PMAL
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL	PMAL
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	LEI N. 14.861, 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO)	PMAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A	LEI N. 14.858, 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) PA	LEI N. 14.857, 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE) PA	LEI N. 14.849, 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE) PA	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.847, 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.820, 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	LEI N. 14.802, 16.1.2024	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	LEI N. 14.799, 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 14.791, 5.1.2024	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	CRIA O PROTOCOLO “NÃO É NÃO” PARA PREVENÇÃO AO CONSTRANGIMENT	LEI N. 14.786, 5.1.2024	CRIA O PROTOCOLO “NÃO É NÃO” PARA PREVENÇÃO AO CONSTRANGIMENT	
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	LEI N. 14.769, 5.1.2024	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	DEEINE DEEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI	LEI N. 14.768, 5.1.2024	DEEINE DEEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI	
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA	LEI N. 14.759, 5.1.2024	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	LEI N. 14.758, 5.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	LEI N. 14.752, 5.1.2024	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	LEI N. 14.751, 5.1.2024	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE	LEI N. 14.748, 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE	
	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	LEI N. 14.744, 5.1.2024	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLI	LEI N. 14.737, 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), PARA AMPLI	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SU	LEI N. 14.735, 5.1.2024	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SU	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	LEI N. 14.723, DE 8.11.2023	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÃO DE ÓRG	LEI N. 14.722, DE 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÃO	
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	LEI N. 14.721, DE 8.11.2023	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	LEI N. 14.720, DE 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.648, DE 4.8.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO	LEI N. 14.643, DE 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO	
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	LEI N. 14.641, DE 1.8.2023	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNC	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNC	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RE	LEI N. 14.623, DE 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, DE 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES D	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986, PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES D	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	LEI N. 14.598, DE 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, DE 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	LEI N. 14.583, DE 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚN	LEI N. 14.572, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚN	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	LEI N. 14.549, DE 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA E	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA E	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	LEI N. 14.545, DE 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	LEI N. 14.543, DE 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGAC	LEI N. 14.541, DE 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGAC	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	LEI N. 14.540, 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVEN	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 05.10.2006 A FIM D	LEI N. 14.536, 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350 DE 05.10.2006 A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE ABRIL D	
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	
	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIG	LEI N. 14.405, 11.7.2022	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAC	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPA	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO LEI Nº 5.540 D	
	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DIS	LEI N. 14.386, 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAC	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAC	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTACÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA	LEI N. 14.364, 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA D	LEI N. 14.356, 31.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATACÓ	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E A	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A D	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS F	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENT	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTE	
	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA	LEI N. 14.340, 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	
	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA	LEI N. 14.338, 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	
	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA	LEI N. 14.335, 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INTE	
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BE	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE	LEI N. 14.333, 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURS	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI N. 13.876, DE 20.09.2019 E A LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876, DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213, DE 24.07.1991, PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CERTOS CASOS	MENTAÇÃO
	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA	REINTEGRO
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, DE 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	ÇO. Instit
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PLÁSTICO	LEI N. 14.327, DE 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PLÁSTICO	ARESTAS
	ALTERA A LEI N. 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA PENALIDADE	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA PENALIDADE	ESNATISS
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O COMBATE AO CÂNCER	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O COMBATE AO CÂNCER	COORDEN
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENFERMIDADE	LEI N. 14.324, DE 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENFERMIDADE	MANEJO
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO	LEI N. 14.323, DE 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO	ERECÇÃO
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTI DROGAS), PARA EXCLUIR A PENALIDADE DE MORTALIDADE	LEI N. 14.322, DE 6.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTI DROGAS), PARA EXCLUIR A PENALIDADE DE MORTALIDADE	RTILIZAÇÃO
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA DOMESTICA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA DOMESTICA	
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DO TRABALHADOR	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO DO TRABALHADOR	ONORON
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMINAR A RESPONSABILIDADE DO AGRESSOR	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMINAR A RESPONSABILIDADE DO AGRESSOR	EDIAÇÃO
	ALTERA A LEI N. 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA DETERMINAR A RESPONSABILIDADE DO AGRESSOR	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA DETERMINAR A RESPONSABILIDADE DO AGRESSOR	ADAGANDA
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE PORTADOR DE DOENÇA	LEI N. 14.289, DE 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE PORTADOR DE DOENÇA	MINHESQ
	INSTITUI O PROGRAMA ALÍCIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	LEI N. 14.284, DE 3.1.2022	INSTITUI O PROGRAMA ALÍCIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE 3.1.2022	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	LEI N. 14.261, DE 3.1.2022	CRIA O MISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO DE INVESTIMENTO	LEI N. 14.260, DE 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO DE INVESTIMENTO	INVESTIM
	ALTERA A LEI N. 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS	ÇÃO DE B
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.254, DE 7.12.2021	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	DO DO T
	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), E 3.688, DE 03.09.2007 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	LEI N. 14.245, DE 7.12.2021	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), E 3.688, DE 03.09.2007 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	ILCO DESP
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 14.238, DE 7.12.2021	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ALÍCIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.04.2002	LEI N. 14.237, DE 7.12.2021	INSTITUI O ALÍCIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.04.2002	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE	LEI N. 14.232, DE 7.12.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE	A AS MUL
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA LISTA DE PROFISSIONAIS	LEI N. 14.231, DE 7.12.2021	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA LISTA DE PROFISSIONAIS	ÚDE DA F

Seção de Informática

DE ASSOCIAÇÃO, DE
JULANTE D
RIMES DE
LOCUMES
STE INVE
ER O CRIM
MENTE DE
EDAÇÃO A
2.04.2020,
IMPOSIÇÃO
S-TRATOS
EM A B O S
46, PARA D
VISENOS
(S-COV-2).
PORTÂNC
LEI Nº 4.3
DISCÃO E
RO DE 19

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A	LEI N. 13.853, 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A	SOBRE A
	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	DE NOMINAÇÃO
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA	LEI N. 13.827, 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	QUE ESPERE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	DEBENDE DE
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRM	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE ADO
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA	LEI N. 13.772, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO Nº	940 (CÓDIGO
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENSP) E SOBRE	O PRODUTO
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D	DESEMPENHO
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOA	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NOVAÇÃO DE
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NÇA PÚBLICA
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAR	LEI N. 13.495, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO	DESSA MANE
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	S PÚBLICO
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785, DE 23.06.1972, LEI	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785, DE 23.06.1972, LEI Nº 9.612, DE 19.02.1998, LEI Nº 4	DE 19.02.1998
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE	LEI N. 13.370, DE	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE 11.12.1990, PARA ESTENDER O	ESPECIALE
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DUR	TRAS PRO
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	07.2015 - P
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIM	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESSOA	ENTE DE A
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995, E LEI Nº 4	DE 19.09.1995
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNC	LEI N. 13.104, 9.3.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TE	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA, ALTERA A CON	S DO TRABA
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA; ALTERA A CON	S DO TRABA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE M	LEI N. 13.060, DE 26.6.2014	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANQ
	ALTERA A LEI N. 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	RECEBIO
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREIT	LEI N. 12.965, DE 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	SIL - MARC
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕ	LEI N. 12.852, DE 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOV	SO E SIREN
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADM	LEI N. 12.846, DE 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	RONICA DI
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E IND	LEI N. 12.815, DE 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIÃO DE PORTOS	STOMÉIAS
		LEI N. 12.764, DE 1.8.2013		
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INS	LEI N. 12.760, DE 1.8.2013	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	ESPECIE
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, DE 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAC	LEI SECA.
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, DE 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116, DE 29.08.1983, PARA TORNAR GRATUIT	CARREIRA
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS, DOS ÓRG	RTEIRA DE
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, DE 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇ	SEGURAN
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS	LEI N. 12.598, DE 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACION	LEI N. 12.587, DE 1.8.2013	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA, RI	STOMÉIAS
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA, AL	LEI N. 12.468, DE 1.8.2013	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA, ALTERA A LEI Nº 6.094, DE 30. DE A	Á OUTRAS
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, DE 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, ALTERA AS LEIS Nºs 7.716, DE	13.04.1995
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE R	LEI N. 12.249, DE 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂ	
	CRIO O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E	LEI N. 12.127, DE 1.8.2013	CRIO O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECI	
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O	LEI N. 12.063, DE 1.8.2013	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II, A QUE ESTABELECE	DE COMISS
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA IND	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, DE 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	EIRO, PAR
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, DE 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLA	LEI N. 11.784, DE 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	PE.
		LEI N. 11.707, DE 1.8.2013		
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA P	LEI N. 11.705, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	EGURANQ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
		LEI N. 11.530, DE 21.3.2007		
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	LEI N. 11.460, DE 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	AS PROVI
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO	LEI N. 11.350, DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO	ON SERVA
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SIN	LEI N. 11.343, DE 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SIN	ASSOCIA
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, DE 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	MEDIDAS P
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, DE 25.7.2006	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	NTRA A MU
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, DE 7.2.2006	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE	SITO BRAS
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS	LEI N. 11.265, DE 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS	DE TRÂNS
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO	LEI N. 10.826, DE 2.7.2003	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO	CORRÊNCIA
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, DE 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	RE O SINA
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL	LEI N. 10.693, DE 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL	O DA JUST
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 10.671, DE 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, DE 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, DE 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE	IS DA POL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TERRESTRE	LEI N. 10.233, DE 10.7.2001	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TERRESTRE	INSPORTE
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, DE 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434, DE 4.2.1997, QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE 24.12.2000	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS	LEI N. 10.055, DE 12.7.2001	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS	ESCENTES
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 10.045, DE 12.7.2001	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DE CRIANÇAS	LEI N. 10.042, DE 12.7.2001	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DE CRIANÇAS	DÁ OUTRA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE	LEI N. 10.041, DE 12.7.2001	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE	O DE ALAG
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL E	LEI N. 10.036, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL E	ANIDADE
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 10.035, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	PLÓDE MD
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	LEI N. 10.030, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 10.028, DE 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	7 DÍVIA

Seção de Informática

ADO DE A
RIAÇÃO DO
DIRETARI
ÇÕES QUE
EM ATIVID
AS EM AT
OUTRAS
EATOS
AR PREVE
EVASÃO
ONTO POB
DEL PODE
CUDADN
DEL PODE
CUDADN
DEL PODE
DEL PODE
DEL PODE
E DÁ OU
E DÁ OU
ALAGOAS
ALAGOAS
E SUAS CO
OVIDÊNCI
ORMEUD
PENSAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 18 DE JUNHO DE 1996	LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 18 DE JUNHO DE 1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JUNHO DE 1996	DOU 11/06/2019
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 18 DE JUNHO DE 1996	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOV 26 DE 2019
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 18 DE JUNHO DE 1996	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14 § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOV 26 DE 2019
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	DE 26 DE 2019
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SERVIDORES	LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SERVIDORES	CONTEMPORANEA
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	4, DE 26 DE 2019
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019	LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICACÃO E	A GESTOR
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	LEI COMPLEMENTAR Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	DE 26 DE 2019
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	LEI COMPLEMENTAR Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	ADO DE A
	CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS A CÂMARA DE PREVENÇÃO E REFORMA	LEI COMPLEMENTAR Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS A CÂMARA DE PREVENÇÃO E REFORMA	RECURSOS
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMENTAR Nº 44 DE 13 DE JUNHO DE 2017	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	IXA O LIMITE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017	LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017 PARA PERMITIR A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	ADÓSCION
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	ENTRADA EM
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2017	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ÃO FISCAL
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICACÃO E	INSTRUÇÃO Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICACÃO E	SLON DE
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INSTRUÇÃO Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO DE	INSTRUÇÃO Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO DE	SEMPRE
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINACÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	FORMULÁRIO Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINACÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	ÇÃO DE
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	STANDARD
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DAS DISP
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º DO ARTIGO 244 E CRIA O	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	DÁ NOVA REDACÇÃO AO § 1º E CRIA OS § 7º, § 8º E 9º DO ARTIGO 244 E CRIA O	ADÓSCION
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	SAC PRO
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ESTABELECE
	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAC	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAC	FAVOREÇA
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS Nº 1 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	ESTADO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200)	
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	QUE REGU
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NOR	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO C	REDADEFA
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	IENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	AMENTO SC
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020 QUE INS	STANCIAM
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010 A FIM	ADEQUAT
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E E	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONTOS FA
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO SC
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEO	STANCIAM
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	NTO SOCIA
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTR	DECRETO Nº	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO D	DAS, E DÁ
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZ	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAM	ODO O TE
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VE	DECRETO Nº	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	criação do comitê de gerenciamento de impactos e	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	SE DO CO
	competência ao ministro de estado da defesa para aprova	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	O DE CON
	altera o decreto estadual nº 2.081, de 29 de fevereiro de 2008, que estabele	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.081, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	RIZES PAR
	estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A	OLIDAÇÃO
	regulamento disciplinar da polícia militar do estado de alagoas	DECRETO Nº	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	regulamento de uniformes da polícia militar do estado de alagoas	DECRETO Nº	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	ADO PELO
	regulamenta a lei nº 6.417, de 07 de novembro de 2003, que instituiu	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUIU	DA DUR
	dispõe sobre o conselho nacional de comandantes-gerais de polícia	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍ	
	altera o decreto nº 9.492, de 05 de dezembro de 2018, e o decreto nº 10.153, de 03	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE 12 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	RE SOBRE
	altera o decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a organiz	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 03 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	NACIONAL
	regulamenta o programa auxílio brasil, instituído pela medida pro	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, INSTITUÍDO PELA MEDIDA PRO	21.
	regulamenta o programa nacional de apoio à aquisição de habitaç	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇ	NOIS DE
	altera o decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o dispos	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE 06 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	DE 05.06.2
	regulamenta a comercialização de energia elétrica	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27 DE 12 2002, QUE REGULAMENTA A COMERC	GA ELÉTR
	regulamenta o plano de benefícios do instituto de previdência e	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E	ERVIDORE
	altera o decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a lei nº 10	DECRETO N.º 9.981 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE 06 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ARA DISPO
	designa os membros do conselho estadual de políticas sobre dro	DECRETO N.º 98.836 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRG	
	regulamenta a lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisi	DECRETO N.º 9.847 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE 12 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISI	O REGISTR
	institui a política nacional de exportação e importação de produ	DECRETO N.º 9.607 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	
	consolida atos normativos editados pelo poder executivo feder	DECRETO N.º 9.579 DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDER	BRETIEN
	institui o conselho deliberativo do sistema de proteção social do	DECRETO N.º 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	DE CODEJ
	regulamenta a lei estadual nº 8.875, de 16 de junho de 2023, que disp	DECRETO N.º 95.600 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISP	À CAPAC
	altera o decreto estadual nº 35.142, de 15 de agosto de 2014, que r	DECRETO N.º 95.540 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ETS NOB
	estabelece o calendário de pagamento dos servidores públicos c	DECRETO N.º 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	O 2024 DO
	dispõe sobre a antecipação do pagamento da gratificação natali	DECRETO N.º 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	BLICO E
	estabelece a política de gestão para utilização de veículos da	DECRETO N.º 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA	NSAUMOM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 95.021 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA LINHAÇÃO A LEI	DECRETO N. 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA LINHAÇÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA E	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE	DECRETO N. 94.872 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912 QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS ES	DECRETO N. 9.359 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA E	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES P	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABR	DECRETO N. 8.771 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS E	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDA	DECRETO N. 8.700 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORID	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM	DECRETO N. 83.887 DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018	DECRETO N. 83.071 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QUE	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 83.070 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 QUE	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 83.069 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014 QUE R	
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATA	DECRETO N. 7.845 DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE	DECRETO N. 76.651 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTAD	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	AMENTO S
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N. 74.341 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE LINEIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE LINEIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	RUPMAL, E
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018 QUE INS	DECRETO N. 74.007 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018 QUE INS	ALACOR
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	DECRETO N. 73.790 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O	ENTO SOC
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995 QUE REG	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995 QUE REG	ADUAL M
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	DECRETO N. 7.174 DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	OMINISTRA
	CRIA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	DECRETO N. 70.396 DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	ONTADO D
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PREC	DECRETO N. 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PREC	
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	SAÚDE PÚBL
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20
	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	RA ENFRE
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	DECRETO N. 69.530 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂNC
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂNC
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂNC
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	criação e funcionamento do gabinete de crise da secretaria de estado da defesa	DECRETO N. 69.463 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA – G
	dispõe sobre os procedimentos referentes à administração a me	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REEFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	BOARDA
	previdência social - transição do siste	DECRETO N. 68.852 DE	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	medalha (outorga)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL"	
	dispõe sobre as inerações e sanções a	DECRETO N. 6.514 DE	DISPÕE SOBRE AS INERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	OPROSE
	regulamenta o plano de custeio do al	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PROVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR	
	conselho deliberativo do al previdência	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL PROVIDÊNCIA	
	departamento estadual de trânsito de	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	dispõe sobre o processo administrativo	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGO
	institui o sistema eletrônico de inform	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OF	MEIO DO
	regulamento de uniformes do	DECRETO N. 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO	DO DE ALAG
	regulamenta o plano de custeio do regi	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PROVIDÊNCI	DO DE ALAG
	institui o programa ronda do bairro	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	estabelece o índice de atualização mon	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	ENCIÁRIOS
	secretaria de estado da defesa social	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEF	AGOAS, E
	regulamenta as leis nos 10.048 de 8 de n	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ PE	DEZEMBRO
	regulamenta a lei nº 4.345 de 07/05/1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07/05/1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	DA ATIVA
	regulamenta características para a c	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	PARA PSÍ
	medalha (outorga)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	regulamenta no âmbito do poder exec	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	ÇÕES DO
	medalha (outorga)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	medalha (outorga)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	altera a tabela de salários do pessoal	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTR	ESTALAG
	baixa as especificações dos cargos re	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	luto oficial	DECRETO N. 43.948 DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E	S Maj. BM M
	medalha (outorga)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DE	DECRETO N. 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02.12.1974	
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL A	DECRETO N. 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221 DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 4.140 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBE	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DE	DECRETO N. 4.140 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE	
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA M	DECRETO N. 4.137 DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO	
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 4.100 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 4.094 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE T	
	criação do Boletim de Ocorrência (B.O.)	DECRETO N. 4.077 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POLÍCIA M	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A	DECRETO N. 4.077 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A	DECRETO N. 4.076 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AR	DECRETO N. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE	
	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO	DECRETO N. 4.049 DE	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008 QUE INSTITUI O PORTA	
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 4.018 DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 4.004 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPE	
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁ	DECRETO N. 3.972 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AG	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 3.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015 QUE DI	
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENT	DECRETO N. 37.611 DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOPT	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.609 DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRAÇAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.143 DE 1997	DECRETO N. 37.143 DE 1997	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABELEC	SEASIDOR
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO PÚBLICO	DECRETO N. 37.119 DE 1997	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NÚMERO PÚBLICO	SEASIDOR
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DECRETO N. 3.700 DE 1997	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	SEASIDOR
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO N. 35.718 DE 1997	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SIDPOM (F
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA – GGI)	DECRETO N. 35.707 DE 1997	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	SEASIDOR
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA	DECRETO N. 3.566 DE 1997	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA	SEASIDOR
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 3.545 DE 1997	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	SEASIDOR
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 35.142 DE 1997	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE	SEASIDOR
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E	DECRETO N. 34.899 DE 1997	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E	SEASIDOR
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS SERVIDORES	DECRETO N. 33.870 DE 1997	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS SERVIDORES	SEASIDOR
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 33.861 DE 1997	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	SEASIDOR
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE 1997	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007, QUE	SEASIDOR
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE	DECRETO N. 3.182 DE 1997	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DE	SEASIDOR
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE 1997	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	SEASIDOR
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES)	DECRETO N. 30.019 DE 1997	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AOS	SEASIDOR
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES)	DECRETO N. 30.018 DE 1997	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	SEASIDOR
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N. 29.342 DE 1997	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREVISTO NO ART. 15	SEASIDOR
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE	DECRETO N. 29.273 DE 1997	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	SEASIDOR
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2012	DECRETO N. 29.258 DE 1997	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO	SEASIDOR
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	DECRETO N. 28.537 DE 1997	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	SEASIDOR
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	DECRETO N. 28.407 DE 1997	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	SEASIDOR
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENORES DE 18 ANOS)	DECRETO N. 27.039 DE 1997	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012, QUE	SEASIDOR
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI Nº 18.11.20	DECRETO N. 26.320 DE 1997	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI Nº 18.11.20	SEASIDOR
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N. 25.649 DE 1997	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	SEASIDOR
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE	DECRETO N. 25.212 DE 1997	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE	SEASIDOR
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	DECRETO N. 24.647 DE 1997	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	SEASIDOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS.	
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZULME	AUTORID
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	TO DA SE
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JU
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDA	DECRETO N. 23.617 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	OBRE A CO
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS	DECRETO N. 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	LITAR E DO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONC	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	PÚBLICO À
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012 QUE R	DE SOBR
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBL
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	AGOAS.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRI	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DA DEFEI
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO	
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.)	
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787 DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO DE 2000.	E A ACUMU
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRE	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DIS	SSÃO DE
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALA	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂ	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSI	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR "	ES".
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459 DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	PROVAÇÃO
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	AL E PARA
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO	DECRETO N. 12.540 DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CA	A EUNASFE
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	DECRETO N. 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA	ENAS.
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL - MAIS PROEES	
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 12.341 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 PARA DISCIPLI	O PELOS SP
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVI	024.
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601	E 2023, E D
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO A	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO	DECRETO N. 11.881 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023 QUE INSTITUI GRUPO	MINISTER
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETE	DECRETO N. 11.880 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE S	GOVERN
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA	DECRETO N. 11.833 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EX	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGU	DECRETO N. 11.822 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821 DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	QUANTIA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECI	DECRETO N. 11.820 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIO	DECRETO N. 11.722 DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEI	ERNANÇA.
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 11.615 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 PARA ESTABE	OCEDIME
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 11.611 DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINIST	DECRETO N. 11.514 DE	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	MINACROS
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME	DECRETO N. 11.491 DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO FIRMADA PELA R	VA DO BR
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVAL	DECRETO N. 11.487 DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL UNI	CIA NO AN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINIS	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	IA DO FIO
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOL	DECRETO N. 11.484 DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	ESPECIERR
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 11.483 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE D	DECRETO N. 11.482 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016 C	DECRETO N. 11.481 DE	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016 QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	COMUNID
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE P	DECRETO N. 11.480 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018 E	DECRETO N. 11.479 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018 PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ÇÕES DE A
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.1	DECRETO N. 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE S	A MINHA C
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007	DECRETO N. 11.436 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECEER OS EIXOS	RUBRIZCO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	FASE DE
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	DE 2008, C
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007 C	DECRETO N. 11.130 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	UESSEBIP
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013	DECRETO N. 11.129 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	DETRATOS
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE	DECRETO N. 11.123 DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO- DISCIPLI	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 E	DECRETO N. 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	UALIDADE
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	SOCIA PR
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA	DECRETO N. 11.089 DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008 E	DECRETO N. 11.080 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008 PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	MINISTRIA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUP	DECRETO N. 11.079 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	CA.
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁR	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002 E	DECRETO N. 11.040 DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002 PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	E AFINS.
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9	DECRETO N. 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	CODECBA
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOMASSA	DECRETO N. 11.003 DE 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOMASSA	
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	DECRETO N. 11.002 DE 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES	DECRETO N. 10.991 DE 10.991 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES	
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DECRETO N. 10.990 DE 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	DECRETO N. 10.989 DE 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	DECRETO N. 10.988 DE 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 10.986 DE 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	DECRETO N. 10.984 DE 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1	DECRETO N. 10.981 DE 10.981 DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBIL	DECRETO N. 109.405 DE 109.405 DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBIL	
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	DECRETO N. 10.922 DE 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DECRETO N. 10.919 DE 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906 DE 10.906 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	DECRETO N. 10.880 DE 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	DECRETO N. 10.846 DE 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019 QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N. 10.841 DE 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019 QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 107.466 DE 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	DECRETO N. 10.701 DE 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO D	DECRETO N. 10.689 DE 10.689 DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO D	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO N. 106.823 DE 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	DECRETO N. 10.674 DE 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	DECRETO N. 10.622 DE 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 106.093 DE 106.093 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N. 1.054 DE 1.054 DE	REGULAMENTA O REAJUSTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DO COMANDO EM CHEFE DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	DECRETO N. 105.357 DE 10.11.2010	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DO COMANDO EM CHEFE DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCEAS	DECRETO N. 10.513 DE 10.11.2010	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCEAS	
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE	DECRETO N. 101.743 DE 10.11.2010	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N. 10.148 DE 10.11.2010	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N. 101.094 DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	DECRETO N. 100.550 DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	DECRETO N. 100.540 DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	DECRETO N. 10.030 DE 10.11.2010	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO-LEI N. 6.259 DE 10.11.2010	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO-LEI N. 3.689 DE 10.11.2010	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO-LEI N. 3.688 DE 10.11.2010	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	LEI DAS CONTRAVENTÕES PENAS	DECRETO-LEI N. 2.848 DE 10.11.2010	LEI DAS CONTRAVENTÕES PENAS	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO-LEI N. 2.848 DE 10.11.2010	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO-LEI N. 1.002 DE 10.11.2010	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO-LEI N. 1.001 DE 10.11.2010	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODOS DE FÉRIAS	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	
	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/2010 - ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2010	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/2010 - ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2010	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/2010 - ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2010	
	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO	